

Emoções territorializadas: o ensaio da “puta pobre”

Territorialized emotions: an essay on the “poor slut” existing experience

Regina Gloria Nunes de Andrade

Doutorado em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, professora visitante da Université de Pau Et Des Pays de L’adour, Campo de Bayonne, na área de Recursos Humanos e professora titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Saulo Magalhães Resende

Mestre em Psicologia Social pelo Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e doutorando em Psicologia Social pela mesma instituição

Lina Raquel Marinho

Mestranda em Psicologia Social pelo Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Resumo

Este artigo trata de questões acerca do feminino em condição de prostituição e a maneira como esta expressão ocupa seu território geográfico e físico existencial, definindo sua identidade e subjetividade a partir destes elementos, cujo território em análise diz respeito às comunidades – favelas. De maneira ensaística, este artigo busca problematizar estas questões, potencializando sua discussão e crítica em direção à desestigmatização deste feminino, território e “profissão”, a partir do enredo do filme brasileiro *Sonhos Roubados*.

Palavras-chave: feminino; território; prostituição; ensaio; cinema.

Abstract

*This article deals with the feminist gender condition in prostituting spheres and dimensions, and with how this feminist expression exists and occupies its own territory, defining its identity and subjectivity towards these elements. The territory matter in focus are local communities – the so called slums. Assuring this article as a critical opened discussed essay, this study tends to question these mentioned aspects, valuing the discussion on breaking stigmatization on feminine, territory and prostitution as “profession” through the Brazilian movie *Sonhos Roubados*.*

Keywords: *feminine; territory; prostitution; essay; cinema.*

INTRODUÇÃO: O FILME, UM ESTUDO DE CASO

“O saber dos outros transforma nossas maneiras de nos saber.” Esta frase célebre de Despret (2011, p. 34) nos remete a problematizar como temos procurado nos saber na construção epistemológica de assuntos que inflamam nossa sociedade no século 21. Uma das temáticas férteis para o olhar da Psicologia Social é a forma como se é mulher em territórios caracterizados pela marginalidade diante de uma lógica do consumo exacerbado, atravessado pela ideia de emoções que nos fabricam e pelas maneiras como a Indústria Cultural as divulga e dissemina na sociedade.

Nessa perspectiva, esse artigo pretende analisar um filme brasileiro dirigido por uma mulher: *Sonhos roubados* (2009), de Sandra Werneck. O foco é positivar as diferenças e acentuar os traços de territorialidade em que, no filme, o feminino se expressa. A trama acompanha três garotas, amigas inseparáveis de colégio que encontram na prostituição uma maneira de complementar o orçamento doméstico ou alcançar seus sonhos de consumo. A mais esperta, Jéssica (Nanda Costa), se vira como pode para cuidar do avô Horácio (Nelson Xavier) e de sua filha Britney. Já Daiane (Amanda Diniz) vive em busca do afeto de seu pai ausente, Seu Germano (Ângelo Antônio). Para completar, Sabrina (Kika Farias), carente de afeto e atrás de um futuro melhor, se apaixona por um traficante da comunidade.

64

Falar de cinema brasileiro no século 21, por sua vez, é remontar à noção de que essa indústria cultural cinematográfica foi marcada por modificações em seu processo de reestruturação institucional, cujas transformações ocorreram por mudanças políticas e econômicas vividas no Brasil, durante a década de 1990. Desde essa década, quando o país foi palco da chamada “Retomada”, as mulheres estão cada vez mais visíveis no lugar de diretoras de cinema, fato atribuído às conquistas dos feminismos, que, durante o século passado, e de diferentes maneiras, questionaram, afrontaram e resistiram aos discursos de verdade que tentavam despotencializar a vida das mulheres em nome de uma chamada ordem social. O feminismo, de modo geral, pode ser entendido como um conjunto de diversas teorias, movimentos e práticas que contestaram a hierarquia sexual e recolocaram no centro as mulheres ou a experiência do sexo feminino (PARKER; FOURNIER; REEDY, 2012).

Nesse exercício exploratório, e aproveitando aqui para darmos breves destaques a algumas questões mais específicas a respeito do cinema, reafirmamos o que Silva (2008) aponta sobre a forma como este é também uma zona de destaque na formação do imaginário social acerca das representações (inclusive das estereotipadas). Suas narrativas corroboram com o modo como a sociedade se vê, podendo haver alterações periódicas nessa percepção, de acordo com mudanças nos contextos sociais. Muito embora a sociedade exerça influência sobre o cinema, a relação é mútua. A autora

pondera que a ação do cinema sobre os espectadores é inquestionável, mesmo que não se tenha um consenso de até que ponto ele influi sobre os indivíduos. Nesse sentido, Barbosa e Cunha admitem que:

O cinema é, sim, produto das formas pelas quais uma sociedade constrói suas representações. Um filme opera os códigos culturais da sociedade da qual ele é originário. Ele faz parte de um contexto. Mas esse mesmo filme, por suas características de interação com o indivíduo por meio de sua linguagem, possibilita um retorno, de forma “digerida” ou “ressignificada”, dessas representações para a sociedade (BARBOSA; CUNHA, 2006, p. 56).

Nessas concepções, o cinema e as questões que se desdobram em termos de comunicação, seja local ou globalmente, seja entre culturas e até interculturalmente, podem ser entendidos como um produto cultural gerador de significados e entendimentos sobre o que é ou não aceitável em relação aos comportamentos e papéis que o indivíduo assume na sociedade. Através da construção de situações e personagens, o cinema, a partir e como indústria cultural, cria certas verdades sobre a identidade dos sujeitos, sua sexualidade e identidade de gênero, que são apropriadas em uma dinâmica que inclui negociação de sentidos, ampliação dos repertórios ou aceitação de determinadas formas de ser como válidas, ou seja, a subjetividade do sujeito de fato entra em cena.

65

O CENÁRIO: A MULTIPLICIDADE TERRITORIAL DIVIDIDA NA CIDADE

O tema território e o processo de ocupação/identificação do feminino em contextos subalternizados são preocupações frequentes no cinema feito por mulheres. O filme de Sandra Werneck é uma adaptação do seu documentário *Meninas* (2006), baseado no livro *As meninas da esquina: diários dos sonhos, dores e aventuras de seis adolescentes do Brasil*, de Eliane Trindade (2005), que conta a história de meninas adolescentes moradoras de periferias e favelas do Rio de Janeiro. As abordagens dos contextos das favelas no cinema, longe de serem consideradas uma novidade, conforme preconiza Selem (2011), destacam-se aqui pelo protagonismo feminino das personagens, em constante reinvenção frente ao paradoxo das exigências do mundo do consumo e seus padrões de beleza versus as marcas coloniais e a precariedade financeira que constitui suas realidades territoriais.

Assim, interpretar a multiplicidade das experiências urbanas de metrópoles, como o Rio de Janeiro, significa avaliar os sinais da modernidade contemporânea sem recair no determinismo tecnológico de uma distopia esvaziada de significação. Na Polis moderna, conforme afirma Velho (1995), pode-se circular por mundos distintos e diferenciados, fazendo parte de todos ou de nenhum deles. Na definição de Castells (2000), a cidade projeta a sociedade no espaço, ao influenciar a organização deste pelas disposições sociais referentes a períodos

distintos, dando significado ao território. O que nos interessa, então, é discutir o território usado, visto como unidade e diversidade que condiciona a ação dos seus atores, os quais, de acordo com Santos e Silveira (2001), vão apontar como tais ações operam sobre o território, dependendo da sua própria constituição.

Nesse sentido, a cidade aparece como uma agregação de territórios atomizados, uma vez que esses territórios remetem à ideia de um microcosmo, que inclui diferentes formas de organização da habitação popular – inclusive a favela – e que se diferencia da cidade, que é o domínio dos direitos universais, fonte da igualdade e da liberdade; em uma palavra, da cidadania. A hipótese de Burgos (2005) é que a territorialização da cidade tem funcionado como um importante limitador do pleno uso das classes sociais e do potencial político inerente aos regimes democráticos.

E falar de classes sociais é remeter à teoria clássica de Pierre Bourdieu (2008) sobre essa temática. Para o autor, uma classe social não é definida por uma propriedade (mesmo que se tratasse da mais determinante, tal como o volume e a estrutura do capital), nem por uma soma de propriedades (sexo, idade, origem social ou étnica – por exemplo, parcela de brancos e de negros, de indígenas e de imigrantes etc.), tampouco por uma cadeia de propriedades, todas elas ordenadas a partir de uma propriedade fundamental, em uma relação causa e efeito, de condicionante e condicionado, mas pela estrutura das relações de todas as propriedades pertinentes que confere seu valor próprio a cada uma delas e aos efeitos que ela exerce sobre a prática.

A través de cada um dos fatores, exerce-se a eficácia de todos os outros, de modo que a multiplicidade das determinações conduz não à indeterminação, mas à sobre-determinação: assim, a sobreposição das determinações biológicas ou psicológicas com as determinações sociais na formação da identidade sexual definida do ponto de vista social – dimensão fundamental da personalidade social – é apenas um caso particular, apesar de ser particularmente importante, de uma lógica que se encontra, também, em ação no caso das outras determinações biológicas – por exemplo, o envelhecimento (BORDIEU, 2005, p. 101).

Souza (2009), numa outra perspectiva, faz um recorte preciso da sociedade brasileira e aprofunda bem essa noção de classes sociais propostas por Bourdieu. O autor, de maneira “poética”, e por que não “científica”?, denomina essa classe como a ralé brasileira, que se reproduz como mero “corpo”, incapaz, portanto, de atender às demandas de um mercado cada vez mais competitivo baseado no uso do conhecimento útil para ele.

Para o autor, esse termo designa uma grande questão sobre essa classe social esquecida, afirmando que o Brasil não tem 500 problemas, mas um grande problema, que é essa desigualdade abissal, da qual decorre mais de mil problemas. Para Souza (2009), autor acima citado, o problema da ralé é “a questão mais importante no Brasil moderno” e está associado a outros

problemas, como a segurança pública, o trabalho informal, o racismo e o preconceito regional. Apesar da importância social que tem, “a desigualdade não é nem percebida enquanto tal. Nós a naturalizamos, na avaliação do sociólogo” (SOUZA, 2009). Ele, no entanto, acredita que esse pensamento não é algo racional, mas tem uma função mais eficiente justamente por ser “pré-reflexivo”.

E a proposta de *Sonhos roubados* inova ao conferir voz às meninas que estão fora dos centros ou distantes da arte/consumo validada pela elite cultural. Como lembra a diretora, “a história dessas meninas acontece o tempo todo em muitas comunidades de qualquer região brasileira” (Sandra Werneck, 2009, p. [nd]). Trata-se de uma ralé brasileira que tem sua existência atravessada pelo viver na periferia de uma grande cidade, como o Rio de Janeiro, o que não impede que elas sejam interpeladas por diferentes agências do mundo do consumo e pelos desígnios de uma feminilidade que requer uma produção visual dispendiosa para se efetivar, como pontuou Selem (2011). A personagem Jéssica, embebida pelo desejo de possuir uma calça da moda, que pode se configurar como um passaporte para transitar nesse território heterogêneo, se justifica corporalmente ao olhar no espelho e dizer que “tem que ralar muito para ser gostosa”. Fica claro que o esforço das meninas nessa lógica territorial, no trabalho eventual e precarizado, na prostituição e até em pequenos furtos compõe o cotidiano para satisfazer os desejos de consumo que viabilizam o feminino valorizado, erotizado para uma “possível” aceitação socioterritorial.

O célebre geógrafo Milton Santos, em sua obra *O espaço dividido* (2008), propõe uma nova teoria sobre os territórios – a teoria dos dois circuitos da economia urbana –, o Circuito superior e o Circuito inferior, com base na qual o fenômeno de organização e do espaço geográfico seria analisado. *Grosso modo*, o primeiro envolve as grandes empresas e relaciona-se a atividades modernas e sofisticadas; no segundo, encontramos os objetos produzidos com grande volume de mão de obra, com pouca ou nenhuma qualificação, com reduzidos salários e sem carteira de trabalho assinada (em geral). Nessa lógica epistemológica do Circuito inferior, localizamos o desenvolvimento das supostas “escolhas” das personagens em se prostituir para poderem “ganhar a vida”. Até que ponto essas escolhas são tão simples de serem feitas? Quais princípios estão sendo negociados nesse engendramento? Como, então, esse Circuito superior as enxerga numa lógica do absoluto?

AS PERSONAGENS E O ENREDO: ENSAIO SOBRE A “PUTA POBRE”

Entendemos e acreditamos, de fato, que a exploração deste tema em específico – o território e o processo de ocupação/identificação do feminino –, assim como de diversos outros temas, solicita, ou ao menos deveria fazê-lo, uma aproximação devida da experiência prática que representa o discurso

em torno do qual se pretende discorrer. Ou seja, falar de prostituição precisa colocar em cena nossas próprias emoções, nossos próprios instintos, e aqui talvez estejamos mais interessados naqueles que dizem respeito à “busca” e ao alcance do “prazer” do que de fato estaríamos interessados nos assim denominados e entendidos instintos de sobrevivência e todos os seus desdobramentos e implicações econômicas. Vale ressaltar, porém, que se trata aqui de um conceito que vai além do contemporâneo e esvaziado conceito de prazer. Para Marcuse (1975), por exemplo, significativo intelectual representante da Escola de Frankfurt, a erotização (Eros) da vida diz respeito ao desejo de vida, ao prazer de vida e seu encantamento, seu sentido, suas dimensões identitárias e de significação, e do sentido que este prazer atribui à vida.

De toda forma e para que melhor retomemos a problemática das questões anteriormente enumeradas, consideramos que, em meio a estas colocações e elucidações, surgem alguns importantes recortes conceituais e teóricos que precisam ser devidamente estabelecidos, enumerados e explorados, a fim de conformarem com devida propriedade todo o arcabouço epistemológico capaz de situar esta discussão em torno de seus focos. São eles: um mergulho no relativo e os ganhos de sensibilidade que se manifestam nas experiências de pesquisa com o particular e o específico e que podem ser levadas para outras situações, ou seja, explorar os vínculos que o relativo pode estabelecer; as categorias marcadas e não marcadas em torno da mulher, do feminismo e da estética da mulher na favela; a ciência sem um “C” maiúsculo, da qual provém a verdade de maneira totalizante e conforme objetivos universalizantes, ou seja, a ciência tal qual a experiência artística Barroca: múltipla, complexa e não coerente; e as emoções que nos fabricam e nos habitam.

Tomando os recortes anteriormente destacados na ordem conforme aparecem, temos inicialmente o compromisso de situar este debate acerca do movimento do relativismo. A experiência epistemológica do relativismo diz respeito, por exemplo, a toda uma ideologia, ou melhor dizendo, a toda uma lógica ou metodologia científica, uma vez que não reconhecemos neste movimento político cultural qualquer instrumentalização de preceitos e/ou elementos de dominação para que assim, então, fosse entendido como uma ideologia de fato, seja social, seja econômica. Trata-se de um recurso teórico capaz de promover outras dimensões e esferas científicas, interessadas na diversidade, na pluralidade de possibilidades e questões, apropriações singulares aptas a relativizar, como a própria titularização deste movimento cultural postula, conceitos antes unidimensionalmente estabelecidos e cuja funcionalidade científica dizia respeito à universalização de determinados valores acerca de alguns pontuais conceitos introduzidos de maneiras generalizáveis em experiências específicas (GEERTZ, 2001)

O referido autor em seu capítulo a respeito do movimento antirrelativista se apropria de um valioso recurso metodológico que ele esclarece preferir e o qual explicita desde o título de seu capítulo, fazendo um jogo de espelhos a partir do prefixo “anti”: “Anti anti-relativismo” (GEERTZ, 2001, p. 47). Assim, ao falar do relativismo em si, o autor prefere tratar do tema a partir do conjunto de críticas que este recebe. Seu objetivo é o de rejeitar posturas e postulados antirrelativistas sem se comprometer, porém, com o próprio movimento do relativismo, movimento este que o autor considera já estar ultrapassado sob alguns aspectos e o qual ele critica sob certa medida. Sua crítica consiste em denunciar principalmente a recorrência cotidiana e pejorativa ao termo relativismo, e também ao necessário retorno ideológico e teórico, em algum determinado momento que seja, e diante de algum determinado contexto, ao que ele considera como possibilidades de explicações mais globais, retorno este que seria próprio às medidas de mundo de seus pesquisadores e em relação às quais, plena neutralidade e imparcialidade, não seria objetivamente possível.

De toda forma e de fato, o foco do autor não é o relativismo, e sim o antirrelativismo preocupado em evitar um movimento, talvez principalmente experimentado ou até mais diretamente proposto pela área da antropologia, que condena o relativismo diante de sua consideração do particular e do individual. O antirrelativismo vem questionar e demonstrar inato incômodo diante daqueles que demonstram não pensar ou não entender o mundo tal como eles; a ideia de que alguém possa de fato não pensar como eles lhes faz considerar que estes pensem necessariamente de forma inversa, ou que de fato não pensem de forma alguma. Para Geertz (2001), toda a discussão antirrelativista não produziu novidades com clareza, além de se ter consumido muito tempo e energia com aquilo que eles não defendiam. O relativismo, por sua vez, vem sugerir que “talvez não existam fundamentos ‘sólidos’ para os juízos cognitivos, estéticos, ou morais, ou pelo menos que são duvidosos aqueles que nos são oferecidos [...]” (GEERTZ, 2001, p. 48).

O debate em torno desta discussão entre os relativistas e antirrelativistas é ainda mais complexo, temporal e denso, de toda forma, e nos apropriando deste em sua essência de questionamentos e considerações que se colocam mais à mostra, tem-se que a tomada de decisão sociopolítica que um indivíduo assume diante daquilo que estranha, porque todavia desconhece, é o cerne da questão e coloca em destaque novas maneiras e propósitos de lidar com as diferenças, com a pluralidade, com os diversos atores envolvidos em cena, seus hábitos, sua cultura e, portanto, sua subjetividade. Esta é a lente através da qual vemos as personagens do filme *Sonhos roubados*. Três distintas manifestações de subjetividades enquanto indivíduos e que têm afetadas de maneiras próprias as suas crenças e os seus valores diante dos elementos que compõem sua geografia existencial. Estas crenças e valores, por sua vez, podem ser vistos

e entendidos como desdobramentos de suas realidades práticas no que diz respeito às suas constituições familiares, e, portanto, suas mediações afetivas e a conformação de suas identidades.

O que se pretende, portanto, com a aproximação e a apropriação deste debate acerca do relativo é menos estabelecer uma verdade analítica, até porque devemos ao relativismo esta fidelidade epistemológica, e mais construir um ensaio em torno das questões e problemáticas apresentadas no filme em questão. A desconstrução acerca dos estigmas que se estabelece em relação à prostituição é uma fortalecedora prática do relativismo. Por sua vez, estamos entendendo por ensaio, conforme destacado apropriadamente em contexto introdutório deste artigo, que se trata de uma tentativa de exploração de um tema específico sob novas perspectivas e olhares, buscando a construção de uma pesquisa crítica e que promova reflexão (TOBAR; YALOUR, 2001).

Alguns dos estigmas em torno da prostituição estão fortemente atrelados ao seu território e ao processo de ocupação/identificação do feminino. Segundo Mattos (2011), existe todo um estigma particular às classes sociais, assim categorizadas como menos favorecidas, ou classes em condições de vulnerabilidade social. De fato, estamos falando da mulher da favela; como nos lembra muito bem a autora, estamos dialogando com: “[...] O estigma da puta pobre” (MATTOS, 2011, p. 173). Essa classe social considerada como delinquente é de fato, como já ressaltamos em Bordieu (2008), uma estrutura de sobredeterminações. Estas, por sua vez, dizem respeito desde às suas questões familiares até suas condições econômicas. Trata-se de habitar um território onde a condição sexual feminina não só é construída com finalidades instrumentais, que colocam a serviço de outrem um corpo destinado à garantia do prazer e da satisfação de instintos humanamente naturais, mas também não tem escolha, é produto de um espaço onde a marca de suas vidas é a falta de alternativas, é o assim chamado pela autora um horizonte “das ‘escolhas pré-escolhidas’, que não apresenta nenhuma saída” (MATTOS, 2011, p. 177).

No filme *Sonhos roubados*, as personagens que se prostituem convivem e enfrentam o estigma da delinquência desta sua prática sexual e corporal, a qual segundo o olhar da “boa sociedade” (MATTOS, 2011, p. 173) estaria fundamentada apenas nas suas dificuldades econômicas, aliás, “única justificativa plausível para o exercício de uma profissão tão marginalizada” (MATTOS, 2011, p. 194). Enquanto no homem a delinquência pode ser vista como um elemento de virilidade, força e coragem, o que coloca o homem em condição totalmente ativa, fazendo-o sujeito de sua vontade, a mulher delinquente e que utiliza de seu corpo como instrumento está em condição passiva de quem serve a vontade de outra pessoa, ou seja, a mulher delinquente é tudo, menos sujeito de sua vontade.

Além disso, estas mulheres, ou melhor dizendo, a prostituta pobre, como no caso das personagens do filme em questão, são “obrigadas a pertencer”, conforme entendimento de mundo desta mesma “boa sociedade” e até mesmo conforme as mulheres pobres de seu espaço e território, porém não delinquentes, à classe de prostitutas de rua, ou seja, cujas subjetividades são ainda mais precarizadas do que quando comparadas às prostitutas que exercem seus ofícios em condições de maior discricção, e talvez até com algum elemento de relação social, de afeto e jogos de conquistas em casas noturnas e ou boates.

Independentemente da maneira como estas mulheres são classificadas e de todo o estigma que as condena, de acordo com a única certeza científica em torno de todo conhecimento e visão de mundo que produzimos e em total alinhamento com as questões do movimento cultural do Relativismo, que sustenta que todas as verdades são provisórias e parciais, temos que, de fato, a figura da prostituta, em geral, exerce grande fascínio sobre a sociedade. Ela é a promessa de sexo casual, no qual os níveis de prazer são mais intensos porque simplesmente são, ou seja, trata-se da máxima expressão pulsional de um instinto pelo instinto, totalmente descolado de qualquer inferência ou institucionalização de compromisso social e, portanto, sem qualquer repressão; é quando, nestes contextos, há pleno desejo e esforço de satisfação imediato e ilimitado. Nestes contextos é que muitas das práticas de prostituição terminam em dimensões e condições de violência sexual contra a mulher – como muito bem retrata a personagem Jéssica na experiência que tem ao se prostituir em relação sexual com dois homens dentro do carro em um lugar abandonado – e que existem personagens envolvidos com crimes na favela.

Na verdade, as mulheres que diariamente saem para se prostituir mal sabem que, muito além do dinheiro que foram buscar, elas de fato encontrarão uma maneira de construir e conformar suas subjetividades e identidades a partir da manifestação imanente do “prazer” da relação sexual. É nesta prática que se concentra toda a sua esfera e dimensão de ações comunicativas, que instrumentalizam pelas normas de validade das relações sociais as possibilidades de apropriação de sua natureza interior, ou seja, seu substrato orgânico subjetivo, sendo esta natureza uma das propriedades em destaque em todo sistema social (HABERMAS, 1987). Neste contexto, elas oscilarão sempre por entre as diversas dimensões da condição de objeto/instrumento e sujeito, isso porque, ainda que tidas como delinquentes e, portanto, passivas, estas mulheres das dimensões das “escolhas escolhidas” (MATTOS, 2011) operacionalizam suas vontades subjetivas. Escolhem, assim, conscientemente ter e dar prazer, executando a “técnica” da relação sexual com a mesma exímia criatividade e competência de qualquer outro profissional; portanto, se permitirá satisfação em relação ao bom desempenho e trabalho realizado, conformando sua

identidade, nesta esfera da função social do trabalho, por exemplo, como indivíduo ou sujeito de vontade constituído de significações tidas como: utilidade, rendimento, alcance de resultados, entre outras.

Algumas destas mulheres desejarão encontrar neste movimento sua relação afetiva e social redentora, conforme apontam as pesquisas e entrevistas realizadas durante os anos de pesquisa da autora Mattos (2011), no qual continuarão a atuar diante da mesma oscilação dimensional entre ser o objeto/instrumento e o sujeito, porém agora sem o estigma da delinquência da prática da prostituição, ou seja, essas mulheres seguirão tendo uma mesma prática, prazer, relação sexual e com o sexo, idênticas às suas fases de prostituição, porém agora devidamente institucionalizadas em relações estáveis e ditas socialmente aceitáveis. De toda forma é válido ressaltar que muitas vezes este desejo em relação à redenção dos relacionamentos socialmente aceitos é corrompido diante do perfil dos parceiros “disponíveis” a esta classe de mulheres marcadas como prostitutas de rua, como é o caso da nossa personagem Sabrina. Ao se envolver com criminosos da favela onde mora e mesmo tendo alcançado sua relação aparentemente redentora, se de fato pudéssemos dizer que sua prática e seus hábitos de prostituição aconteciam única e exclusivamente em função de suas condições socioeconômicas, renuncia esta relação, que romperia com todo o seu estigma de puta pobre e delinquente, para preservar um de seus princípios: a vida, optando por não abortar o filho que contrai nesta relação – isso porque talvez nem todo o seu estigma seja tão violador deste princípio quanto o aborto, até porque sexo também é vida, e aborto é que é morte (aqui, estabelecemos direta relação entre aborto e morte para constatar de maneira pontual a antítese que vive nossa personagem, ainda que acreditemos que o debate em torno do tema aborto não se encerra nem se define nesta pontual antítese interpretativa que aqui construímos).

Seguindo a exploração de nossos dois próximos recortes e após este costurar o fio condutor entre o arcabouço teórico do relativismo, o filme *Sonhos roubados* e todo o estigma conceitual e empírico abordado por diversos autores, e aqui mais especificamente citamos Patrícia Mattos acerca da prostituição e da puta pobre, temos que a autora Mol (2007) trabalha com o conceito de categorias marcadas e não marcadas, isso porque ela pretende sugerir, no lugar das categorias e classificações conceituais e tomadas como universais, a multiplicidade. Este conceito dialoga diretamente com o que a autora gosta de intitular de *enact* (MOL, 2007, p. 6), que diz respeito a um movimento etnográfico do pesquisar com, da investigação em torno da prática, daquilo que determina os objetos e os sujeitos, uma filosofia empírica a qual há de haver o “manuseio” dos objetos e sujeitos, uma observação capaz de perceber e se sensibilizar com tudo aquilo que faz o fazer dos atores em cena e conforme esta cena. Trata-se de implicar à ciência sua própria dialética negativa (ADORNO, 2009), ou seja, o abandono de

si como Ciência, e também de implicar à produção do conhecimento uma nova habilidade, cada vez mais múltipla, complexa e até Barroca (LAW, 2004), a de performar juntamente com seus objetos de pesquisa, fazendo-lhes perguntas interessantes, potencializando suas versões e não mais lhes estabelecendo atributos e aspectos que estejam acima deles e que sejam naturalmente definidores de suas questões e propriedades: o que há são diferentes performances, que expressam coisas diferentes e que não necessariamente possuem vínculos entre si.

A herança positivista – sem intenções adjetivas e pejorativas, mas com base em diferenciado arcabouço teórico, como a própria Teoria do Ator-Rede – das categorias marcadas pode ser facilmente apropriada à condição das putas pobres, ou seja, uma categoria de mulher marcada para servir sexualmente e cuja marca, na maioria das vezes, se constituiu a partir de suas relações familiares, ou seria melhor dizer da ausência destas, nas quais os sentimentos, como de abandono e desafeto, e as práticas de abuso sexual são claramente experimentados, uma vez que pais, mães e parentes muitas vezes não se dedicam aos devidos cuidados de suas crianças e com as responsabilidades que lhes competem. Não entraremos neste mérito sociocultural, que é o seio familiar brasileiro nas favelas ou em territórios de classes sociais de baixa renda, para interpretar estes comportamentos paternos e não pretendemos a condenação destes, trata-se da descrição daquilo que acontece e permeia as relações familiares e como isso contribui para a conformação desta categoria marcada de mulher.

A autora Mattos (2011) levanta a hipótese de que as possibilidades de abuso sexual por homens tanto da família quanto de fora são tão plausíveis que estas passam a naturalizar esta prática, existe todo um enredo que se repete e que vai passando de mãe para filha, deixando uma herança que ensina às estas mulheres que, desde cedo, elas devem ser instrumentos para a vontade de outra pessoa, acima de tudo no que diz respeito às relações sexuais. E para quem sempre sofreu por abandono, o interesse ainda que sexual pelo seu corpo configura todas as suas possibilidades de reconhecimento e conformação social, dizendo respeito a perceber-se e ser percebido pelo outro. Essa hipótese, então, é confirmada no filme, ao retratar a relação de Daiane e seu tio, que é atravessada pelo abuso sexual. A maneira como sua tia reage ao entrar em contato com esta informação (se é que ela já não a tinha) corrobora com a noção de naturalização desse processo.

Aqui alcançamos o último de nossos recortes, que, por sua vez, foram postulados e construídos com o intuito de melhor nos aproximarmos de diversas questões que envolvem o território – no contexto do filme *Sonhos roubados*, uma das favelas da cidade do Rio de Janeiro – onde nossas personagens, expressões como sujeitos e objetos desta territorialidade, lutam pela conquista de seu processo de ocupação/identificação do feminino. Trata-se da manifestação psicossocial do que gostaríamos de chamar, conforme nos coloca a autora

Despret (2004): essas emoções que nos fabricam. Rompendo claramente com a dicotomia clássica entre razão e emoção, a autora trata as nossas emoções como movimentos corporais que afetam e são afetados pelo indivíduo em uma determinada experiência empírica. Longe de serem os desarranjos da razão, a justificativa transcendental para o que a razão não encontra explicação, a própria manifestação do feminino e sua capacidade de levar o outro à desordem das ideias e dos sentidos, as emoções que nos fabricam são a expressão sensível de nossa subjetividade, apontam como indicadores daquilo que nos afeta mais ou menos neste mundo de relações e afetações onde todos participam e deveriam ser entendidos e observados em maior simetria de importância, papéis e funções, tanto atores humanos, quanto atores não humanos. Essas emoções, portanto, que fabricam nossas personagens e que dizem respeito ao reconhecimento social, à identificação, à necessidade de sobrevivência, ao seu substrato orgânico ou natureza interna, ao prazer, à criatividade, ao estilo, à estabilização de apropriação social de seu sistema, ao trabalho e seu senso de utilidade e produção de resultados etc. são mais do que próprias e relativas às experiências empíricas, à territorialidade, ao processo de ocupação/identificação do feminino destas personagens, essas emoções são as próprias personagens em si, são os elementos subjetivos de aprendizagem de afetações que “faz fazer” e que, por sua vez, instauram por elas e com elas seus estilos e escolhas de vida.

A PÓS-PRODUÇÃO: FRONTEIRAS MIDIÁTICAS

Pós-produção por definição é a última etapa de um trabalho na produção de um filme. Em linhas gerais, nessa etapa, o editor faz a edição ou montagem do filme bruto, dando à produção um aspecto final, adicionando a trilha sonora e o revestimento digital. E, por fim, é enviado para distribuição. Nesse sentido, esse é o fragmento dissertativo do nosso artigo que pretende expressar problemáticas somatórias, que vão além e que o compõem tão bem quanto o próprio enredo principal em seu cenário majoritário, ou seja, a própria narrativa, e aqui em nosso caso, o estudo em questão, dando ao artigo esse aspecto de uma possível conclusão.

É neste contexto que Mol (2007) nos convida a discutir as questões, as experiências, as narrativas individuais, e não as explicar. Devemos problematizar os argumentos, colocando o máximo de possibilidades, questões e jogos de afetações às claras, particularizando-as, porque elas contam histórias surpreendentes, abandonando as generalizações e a objetividade, assumindo a perspectiva das perguntas interessantes e dos mal entendidos promissores, incentivando a polifonia dos fatos. O mundo é de fato constituído por nossas práticas, e esta constituição implica diversas lutas de conquista por parte dos sujeitos e objetos que o compõem, isso porque tudo o que é material é

também social, o social se transforma pelo e com o material, a exemplo de todo o progresso em termos de tecnologia, e isso coloca em questão o social enquanto adjetivação das práticas do sujeito, enquanto que, na verdade, este social não explica nada, ele é que precisa ser explicado, pois são justamente as práticas não sociais, e aqui tomamos o termo por sua convencional definição que estabelece recortes claros de categorias e humanos socialmente e politicamente ativos, cidadãos e não delinquentes, que interpretam a sociedade. Santos (2005) nos coloca que o local, por exemplo, o território como dimensão expressiva desta materialidade social constituinte, favorece a expressão do lugar, enquanto que o lugar seria esta dimensão apropriada de solidariedade, o lugar seria um “espaço solidário” (SANTOS, 2005, p. 253), seria a possibilidade de “resistência aos processos perversos do mundo, dada a possibilidade real e efetiva da comunicação, logo da troca de informação, logo da construção política.” (SANTOS, 2005, p. 253).

E em tempos de sujeitos automáticos, unidimensionalizados pela forma valor capital (ARRIGHI, 1996) e que tudo mercantiliza sob a máxima da geração do valor crescente e contínuo pela lógica da acumulação de riquezas, resistir aos ditames daquelas que podem ser consideradas expressões genéricas dos produtos culturais capturados também pela lógica industrial capital é imprescindível. Isso porque a perversidade sistêmica estaria, por exemplo, em controlar a imagem, o valor, a intenção que os objetos externos transmitem e em ditar ao indivíduo como ele deve internalizar estes objetos externos, interferindo na sua finalidade única de constituição própria identitária e estabelecendo padrões subjetivos de percepção do externo para posterior controle do mecanismo de identificação. “A identificação é o objetivo final do capitalismo, em sua última fase: a assimilação total do indivíduo ao sistema existente” (ADORNO apud ROUANET, 2010, p. 13).

Para a autora Muñoz (2005), e nestes contextos destas expressões genéricas, estaríamos diante de uma nova guerra fria: aquela que suprime o próprio ato de pensar, ou o pensamento em si, seria uma guerra contra a reflexão e, portanto, a própria educação. Para a autora (2005), trata-se de um ciclo de ignorância dirigida, onde os processos culturais estariam edificando uma permanente agressão contra a própria natureza criativa e intelectual da espécie humana e onde os excessivos processos tecnológicos, que suplantam as consciências dos indivíduos altamente mecanizados, estariam contribuindo para uma selvagem destruição da biodiversidade natural planetária, promovendo danos irreversíveis sobre o futuro da própria humanidade e suas faculdades e possibilidades civilizatórias em todas e por todas as sociedades.

Porém, conforme Law (2004) nos coloca, a sociedade é a posseção recíproca sob formas totalmente variadas de todos por cada um, e esta posseção não

é necessariamente física, como por exemplo, aquela do âmbito da propriedade privada, das trocas comerciais e das relações de consumo. Trata-se de um engajamento simétrico temporal, onde os termos de propriedade individuais são substituídos por cadências de atuação múltipla, local e do momento e por todo o *enacts* do grupo, onde o social não é o grande, ele é processual e coexiste num certo momento, não havendo necessária previsibilidade das ações e nem pré-determinações rígidas e inflexíveis conformadoras das subjetividades dos indivíduos.

Desta forma, a favela e suas condições e dimensões de territorialidade explicam as escolhas que conformam o processo de ocupação/identificação do feminino, enquanto que a puta pobre é este feminino, esta categoria marcada de mulher escolhida para ser delinquente e que, na verdade, é muito mais sujeito de vontade constituidora de seu mundo através de suas práticas do que se imagina. A puta pobre é a expressão das emoções que a fabricam, estabilizadas pelo contexto empírico e social no qual vive e com o qual convive. A transformação social destas mulheres depende da sua exposição a outros ambientes, contextos e atores não humanos, não porque assim esperamos que elas saiam de sua condição delinquente e marginal, mas porque assim esperamos que elas reconheçam que de fato nunca foram delinquentes, marginais, precárias, elas foram a expressão de uma rede de afetações conforme um conjunto específico de atores e cuja expressão simplesmente o é tal como se apresenta, o que não as impede de transformação, mas tampouco as coloca na necessidade de transformação pela superação de seu estigma, quando, na verdade, não há estigma algum, o que há é um saber generalizado de cima para baixo, e que não se deixou transformar e ser apropriado pelo saber dos outros que transforma, como já mencionamos, a maneira de nos saber.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Theodor W. *Dialética negativa*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- ARRIGHI, G. *O longo século XX*. São Paulo: UNESP, 1996.
- BARBOSA, Andréa; CUNHA, Edgar Teodoro da. *Antropologia e imagem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- BORDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2008.
- BURGOS, Marcelo Baumann. Cidade, Territórios e Cidadania. In: DADOS - *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 1, p. 189-222, 2005.
- CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- DESPRET, Vinciane. *Our emotion makeup: ethnopsychology and selfhood*. New York: Other Press, 2004.

_____. As ciências da emoção estão impregnadas de política? Catherine Lutz e a questão do gênero das emoções. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 23, n. 1, p. 29-42, jan./abr. 2011.

GEERTZ, Clifford. *Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

HABERMAS, Jürgen. *Teoría de la acción comunicativa*. Madri: Taurus, 1987.

LAW, John. And if the global were small and noncoherent? Method, complexity, and the baroque. *Society and Space*, v. 22, 2004. Disponível em: < [http://www.heterogeneities.net/publications/Law2004Global Baroque.pdf](http://www.heterogeneities.net/publications/Law2004Global%20Baroque.pdf)>. Acesso em: 23 jun. 2012.

MARCUSE, Herbert. *Eros e Civilização: Uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

MATTOS, Patrícia. A dor e o estigma da puta pobre. In: *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

MOL, Annemarie. Política ontológica. Algumas ideias e várias perguntas. In: *Objectos impuros. Experiências em estudos sociais da ciência*. Porto: Edições Afrontamento, 2007.

MUÑOZ, Blanca. *La Cultura Global: Medios de comunicación, cultura e ideología en la sociedad globalizada*. Madrid: Pearson Educación, S.A., 2005.

PARKER, Martin; FOURNIER, Valérie e REEDY, Patrick. *Dicionário de alternativas: utopismo e organização*. São Paulo: Octavo, 2012.

ROUANET, S. P. Adorno e a crítica da barbárie: um olhar psicanalítico. In: SOARES, J. C. (Org.). *Escola de Frankfurt: inquietudes da razão e da emoção*. Rio de Janeiro: UERJ, 2010.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: *Observatorio Social de América Latina*, Buenos Aires, v. 6, n. 16, p. 251-261, jan./abr. 2005.

_____. *O espaço dividido. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2008. (Coleção Ciências Sociais).

_____; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil-Território e sociedade no início do século XXI*. São Paulo: Rio de Janeiro: Record, 2001.

SELEM, Maria Celia Orlato. A crítica feminista de fronteira em “Que tan lejos”, “Entre nós” e “*Sonhos Roubados*”. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH: São Paulo, julho 2011

SILVA, Robyson. Alves. Cinema e representação social: uma relação de conflitos. XXXI CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2008, Natal. *Anais...* Natal: UFRN.

SOUZA, Jessé. *A Ralé Brasileira: Como é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

TRINDADE, Eliane. *As meninas da esquina: diários dos sonhos, dores e aventuras de seis adolescentes do Brasil*. São Paulo: Rio de Janeiro: Record, 2005.

TOBAR, Frederico; YALOUR, Margot Romano. *Como fazer teses em saúde pública: conselhos e ideais para formular projetos e redigir teses e informes de pesquisas*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

VELHO, Gilberto. Estilo de vida urbano e modernidade. In: *Estudos Históricos*, v. 8 n. 16; Rio de Janeiro, 1995, Ed. FGV, p. 227-233.

FILMOGRAFIA

SONHOS Roubados. Direção: Sandra Werneck. Produção: Sandra Werneck e Elisa Tolomelli. Roteiro: Paulo Halm, Michelle Franz, Adriana Falcão, José Joffily, Mauricio Dias, Sandra Werneck. Intérpretes: Nanda Costa, Amanda Diniz, Kika Farias, Marieta Severo, Daniel Dantas, Nelson Xavier, Ângelo Antônio, Lorena da Silva, Guilherme Duarte, Silvio Guindane, Zezeh Barbosa, Mv Bill e outros. [S.1.]: Cineluz, Estúdios Mega, Labocine, 2009, 1 filme (85 minutos). son., color., 35 mm.

MENINAS. Direção: Sandra Werneck. Produção: Sandra Werneck. Roteiro: Beбето Abrantes

FOTOGRAFIA

Fred Rocha, Heloísa Passos. Trilha Sonora: José Miguel Wisnik, Paulo Neves. Distribuidora: Não definida. Brasil, 2006, documentário, 1 filme (71 minutos). son., color., 35 mm.